



Balanço Financeiro Notas Explicativas

Anexo 13 da Lei Federal 4.320/64

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO – PREFEITURA MUNICIPAL DE TEREZINHA - PE



Documento Assinado Digitalmente por: MARIA APARECIDA DOS SANTOS, ITALO DE SOUZA SOARES AZEVEDO, EDER MARCONE VIEIRA, MATHEUS EMÍDIO DE BARROS CALADO
Acesse em: <https://stce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 9447bb4c-8fda-4f08-88b6-f1d9ecd6c4a6



APRESENTAÇÃO

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município (DCON) contemplam a execução e a análise dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, sendo materializadas tanto nos Balanços Patrimoniais Orçamentário e Financeiro, nas Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido, extraídos do Sistema Contábil E-Pública, como nas respectivas Notas Explicativas. Durante a execução orçamentária e elaboração das demonstrações contábeis foram obedecidos os procedimentos estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) através das seguintes Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP):

NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público
NBC TSP 01	Receita de Transação sem Contraprestação
NBC TSP 02	Receita de Transação com Contraprestação
NBC TSP 03	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
NBC TSP 04	Estoques
NBC TSP 05	Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente
NBC TSP 06	Propriedade para Investimento
NBC TSP 07	Ativo Imobilizado
NBC TSP 08	Ativo Intangível
NBC TSP 09	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa
NBC TSP 10	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa
NBC T 16.7	Consolidação das Demonstrações Contábeis
NBC T 16.11	Sistema de Informação de Custos do Setor Público

Além dos normativos do CFC foram utilizados como base o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 7ª Edição publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) com o objetivo da consolidação das contas nacionais através da Matriz de Saldos Contábeis (MSC) e a estrutura do “Contas Anuais” disponibilizada no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI).

As demonstrações contábeis estão de acordo com as Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) de números: 00 – Plano de transição para implantação da nova contabilidade; 01 – Transferências de saldos contábeis e controle de restos a pagar; 02 – Reconhecimento dos créditos tributários pelo regime de competência; 03 – Encerramento de contas contábeis no PCASP; 04 – Metodologia para elaboração do Balanço Patrimonial; 05 – Metodologia para elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais; 06 – Metodologia para elaboração do Balanço Financeiro; 07 – Metodologia para elaboração do Balanço Orçamentário; 08 – Metodologia para elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa; 10 – Contabilização de Consórcios Públicos; 11 – Contabilização de retenções; 12 – Contabilização de cessão de bens móveis e imóveis; 13 – Contabilização de cessão de direitos creditórios; 14 – Procedimentos contábeis relativos ao RPPS; e 15 – Depósitos judiciais e extrajudiciais.

Todos os demonstrativos foram adaptados para as exigências do Anexo X, XI, XII, XIII, XIV e XV da Resolução TCE-PE nº 110 de 09 de dezembro de 2020, bem como foram criados “novos”



demonstrativos exigidos pelo Anexo I como por exemplo: o demonstrativo da dívida fluante (Anexo XVI) e o demonstrativo dos recursos vinculados a saúde e educação (Anexo XVIII), dentre outros.

Foram feitos ajustes na estrutura dos balanços para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCE-PE.

Analisando os resultados de 2020, observamos que as receitas orçamentárias arrecadadas (correntes e de capital, exceto o refinanciamento da dívida) perfizeram R\$ 13.133.277,59, TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS R\$ 18.881,50 RECEBIMENTOS EXTRAS ORÇAMENTÁRIOS R\$ 975.859,15 SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR 1.344.353,48. Quanto às despesas orçamentárias (correntes e de capital, incluindo o refinanciamento da dívida), houve empenhamento na ordem de R\$ 8.221.988,47, TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS R\$ 5.502.510,32, PAGAMENTOS EXTRAS ORÇAMENTÁRIOS R\$ 759.638,36 SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR 1.344.353,48.

A seguir, são apresentadas as Notas Explicativas inerentes a DCON.

MATHEUS EMÍDIO DE BARROS CALADO

Prefeito

Documento Assinado Digitalmente em 05/08/2021 às 14:54:11 por MATHEUS EMÍDIO DE BARROS CALADO
Acesse em: [https://stce.tce-pe.org.br/portal/portal/Doc/seam/Código do documento: 9447bb4c-8fda-4f08-88b6-f1d9eaddc64a6](https://stce.tce-pe.org.br/portal/portal/Doc/seam/Código%20do%20documento%3A9447bb4c-8fda-4f08-88b6-f1d9eaddc64a6)



a) Informações Gerais:

Documento Assinado Digitalmente por: MARIA APARECIDA DOS SANTOS, ITALO DE SOUZA SOARES AZEVEDO, EDER MARCONI VIEIRA, MATHEUS EMÍDIO DE BARROS CALADO
Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/epi/validarDoc.aspx?CodigoDocumento=9447704-8104-4108-8806-f199-1ddc44fac>

Nome do órgão ou entidade: Prefeitura Municipal de Terezinha – PE (PMT)
Natureza jurídica (conforme código da RFB): 124-4 - Município.
CNPJ: 11.286.366/0001-95
Domicílio do órgão ou entidade: Avenida Getúlio Vargas, S/N – CEP: 55305-000. CODIGO DO MUNICÍPIO: 2615102
Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade: A Prefeitura Municipal de Terezinha concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 124-4 “Município” possui como atividade principal “a administração pública geral”. Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos municipais, bem como a realização de investimentos necessários no serviço público e infraestrutura urbana. A natureza de suas operações deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital). A população estimada pelo IBGE é de 6.737 habitantes, tendo como coeficiente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) o índice de 0,6. Durante o exercício de 2020 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 671 de 17 de outubro de 2019 (LOA para o ano de 2020)
Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis: Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida na Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SOF nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Portaria STN nº 840, de 21 de dezembro de 2016 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 7ª Edição. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP 16.7 Consolidação das Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos a de número 9, 12, 16, 17, 19, 21, 23, 26, 31, 32. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.
Consolidação das demonstrações contábeis: A consolidação desta demonstração contábil abrange o Poder Legislativo e Executivo, bem como os órgãos da administração direta e indireta, incluindo os fundos, conforme relação a seguir: 1) Câmara Municipal de Vereadores de Terezinha; 2) Prefeitura Municipal de Terezinha; 3) Fundos Municipal de Saúde (FMS); 4) Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS); 5) Instituto de Previdência Próprio dos Servidores Municipais de Terezinha - PE.
Dados do gestor (Prefeito do Município): Nome: Matheus Emídio de Barros Calado. Cargo: Prefeito. Período de gestão: 01/01/2019 a 31/12/2019
Dados do contador da Prefeitura e demais Fundos responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, consolidação e elaboração das notas explicativas: Nome: Eder Marconi Vieira. CRC-PE nº PE-027904/O-8. E-mail: edervieira@gmail.com
Dados do Secretário de Finanças responsável pela execução orçamentária, financeira e patrimonial Prefeitura Municipal: Nome: Eliezer Oliveira de Carvalho. CPF: 765.814.974-87 E-mail: Eliezer_oliveira1@hotmail.com
Dados do Controlador Geral do Município: Nome: Italo de Souza Azevedo
Nome do Software de Contabilidade utilizado no município: Fiorilli – SCPI
Endereço eletrônico do Portal da Transparência: www. http://terezinha.pe.gov.br/transparencia

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEREZINHA
ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

DEZEMBRO(31/12/2020)

Orçamento Programa - Exercício de 2020



1 of 2

ISOLADO:2 - PREFEITURA MUNICIPAL DE TEREZINHA

INGRESSOS			DISPÊNDIOS				
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		13.133.277,59	12.014.675,50	DESPA ORÇAMENTÁRIA		8.221.988,47	6.545.397,53
TESOURO		1.042.773,16	555.035,83	TESOURO		8.221.988,47	6.545.397,53
EDUCAÇÃO-FUNDEF-MAGISTÉRIO		240.103,99	362.650,31	GERAL		8.217.372,70	6.545.397,53
GERAL		17.873,14	57.266,94	GERAL TOTAL		4.615,77	0,00
GERAL TOTAL		88.063,52	0,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		5.502.510,32	4.835.848,78
ORDINARIO		695.872,21	133.052,79	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO		5.231.244,09	4.769.848,78
REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS		653,60	1.624,47	ORÇAMENTÁRIA			
REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS		206,70	441,32	REPASSE CONCEDIDO		5.231.244,09	4.769.848,78
TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIO FEDERAIS-VINCULADOS		12.090.504,43	11.459.639,67	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS		271.266,23	66.000,00
GERAL		11.990.955,42	11.429.639,67	PARA O RPPS			
SAÚDE-GERAL		99.549,01	30.000,00	OUTROS APORTES PARA O RPPS		271.266,23	0,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		18.881,50	175.336,38	OUTROS APORTES PARA O RPPS		0,00	36.000,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		18.881,50	175.336,38	RECURSOS PARA COBERTURA DE INSUFICIÊNCIAS		0,00	30.000,00
REPASSE RECEBIDO		18.881,50	175.336,38	FINANCEIRAS			
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS		975.859,15	973.614,15	PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS		759.638,36	1.144.672,29
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR		196.883,74	216.356,34	PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR		149.003,32	473.192,12
RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		1.577,32	0,00	RP NÃO PROCESSADOS PAGOS		10.000,00	86.326,00
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		195.306,42	216.356,34	RP PROCESSADOS PAGOS		139.003,32	386.866,12
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS		778.975,41	757.257,81	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS		610.635,04	671.480,17
ASSISTÊNCIA À SAÚDE - ADMINISTRAÇÃO PRÓPRIA		1.955,00	0,00	ASSISTÊNCIA À SAÚDE - ADMINISTRAÇÃO PRÓPRIA		1.771,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		135.725,97	95.887,24	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		281.256,38	182.480,37
ENCARGOS SOCIAIS - OUTRAS ENTIDADES		46,00	0,00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		453,51	1,20
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		104.502,89	101.669,25	ISS		25,00	26,25
ISS		10.935,81	9.787,41	PENSÃO ALIMENTÍCIA		4.194,40	299,60
OUTROS CONSIGNATÁRIOS		138,00	0,00	RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		277.588,38	411.376,04
OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS		89.141,25	96.035,75	RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		45.346,37	77.296,71
PENSÃO ALIMENTÍCIA		3.894,80	898,80	SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE		988.234,57	1.344.353,48
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA		0,00	60,00	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		988.234,57	1.344.353,48
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		379.593,63	395.798,67	APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA		188.982,16	195.758,79
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		53.042,06	57.120,69	CONTA ÚNICA		799.252,41	1.148.594,69
SALDOS DO EXERC. ANTERIOR		1.344.353,48	706.646,05	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS		0,00	0,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		1.344.353,48	706.646,05	TOTAL		15.472.371,72	13.870.272,08
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA		195.781,57	174.206,81				
CONTA ÚNICA		1.148.571,91	532.439,24				
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS		0,00	0,00				

EDER MARCONE VIEIRA
CONTADOR
042.014.874-00

MATHEUS EMÍDIO DE BARROS CALADO
PREFEITO
093.940.664-03

ELIEZER OLIVEIRA DE CARVALHO
SECRETARIO DE FINANÇAS
765.814.974-87

Documento Assinado Digitalmente por: MARIA APARECIDA DOS SANTOS, ITALO DE SOUZA SOARES AZEVEDO, EDER MARCONE VIEIRA, MATHEUS EMÍDIO DE BARROS CALADO. Código do documento: 944704c-8f1a-4f88-886-f1d9edd6646

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEREZINHA
ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO
 DEZEMBRO(31/12/2020)

Orçamento Programa - Exercício de 2020



2 of 2

ISOLADO:2 - PREFEITURA MUNICIPAL DE TEREZINHA

INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
TOTAL		15.472.371,72	13.870.272,08				

EDER MARCONE VIEIRA
 CONTADOR
 042.014.874-40

MATHEUS EMIDIO DE BARROS CALADO
 PREFEITO
 093.940.664-03

ELIEZER OLIVEIRA DE CARVALHO
 SECRETARIO DE FINANÇAS
 765.814.974-87

Documento Assinado Digitalmente por: MARIA APARECIDA DOS SANTOS, ITALO DE SOUZA SOARES AZEVEDO, EDER MARCONE VIEIRA, MATHEUS EMIDIO DE BARROS CALADO
 Acesso em: https://etce.fce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 9447b4c-8fda-4fb8-88b6-f1d9edd664a6

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEREZINHA
ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

DEZEMBRO(31/12/2020)

Orçamento Programa - Exercício de 2020



1 of 2

ISOLADO:2 - PREFEITURA MUNICIPAL DE TEREZINHA

INGRESSOS			DISPÊNDIOS				
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		13.133.277,59	12.014.675,50	DESPA ORÇAMENTÁRIA		8.221.988,47	6.545.397,53
TESOURO		1.042.773,16	555.035,83	TESOURO		8.221.988,47	6.545.397,53
EDUCAÇÃO-FUNDEF-MAGISTÉRIO		240.103,99	362.650,31	GERAL		8.217.372,70	6.545.397,53
GERAL		17.873,14	57.266,94	GERAL TOTAL		4.615,77	0,00
GERAL TOTAL		88.063,52	0,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		5.502.510,32	4.835.848,78
ORDINARIO		695.872,21	133.052,79	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO		5.231.244,09	4.769.848,78
REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS		653,60	1.624,47	ORÇAMENTÁRIA			
REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS		206,70	441,32	REPASSE CONCEDIDO		5.231.244,09	4.769.848,78
TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIO FEDERAIS-VINCULADOS		12.090.504,43	11.459.639,67	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS		271.266,23	66.000,00
GERAL		11.990.955,42	11.429.639,67	PARA O RPPS			
SAÚDE-GERAL		99.549,01	30.000,00	OUTROS APORTES PARA O RPPS		271.266,23	0,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		18.881,50	175.336,38	OUTROS APORTES PARA O RPPS		0,00	36.000,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		18.881,50	175.336,38	RECURSOS PARA COBERTURA DE INSUFICIÊNCIAS		0,00	30.000,00
REPASSE RECEBIDO		18.881,50	175.336,38	FINANCEIRAS			
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS		975.859,15	973.614,15	PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS		759.638,36	1.144.672,29
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR		196.883,74	216.356,34	PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR		149.003,32	473.192,12
RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		1.577,32	0,00	RP NÃO PROCESSADOS PAGOS		10.000,00	86.326,00
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		195.306,42	216.356,34	RP PROCESSADOS PAGOS		139.003,32	386.866,12
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS		778.975,41	757.257,81	DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS		610.635,04	671.480,17
ASSISTÊNCIA À SAÚDE - ADMINISTRAÇÃO PRÓPRIA		1.955,00	0,00	ASSISTÊNCIA À SAÚDE - ADMINISTRAÇÃO PRÓPRIA		1.771,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		135.725,97	95.887,24	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		281.256,38	182.480,37
ENCARGOS SOCIAIS - OUTRAS ENTIDADES		46,00	0,00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		453,51	1,20
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		104.502,89	101.669,25	ISS		25,00	26,25
ISS		10.935,81	9.787,41	PENSÃO ALIMENTÍCIA		4.194,40	299,60
OUTROS CONSIGNATÁRIOS		138,00	0,00	RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		277.588,38	411.376,04
OUTROS VALORES RESTITUIVEIS		89.141,25	96.035,75	RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		45.346,37	77.296,71
PENSÃO ALIMENTÍCIA		3.894,80	898,80	SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE		988.234,57	1.344.353,48
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA		0,00	60,00	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		988.234,57	1.344.353,48
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		379.593,63	395.798,67	APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA		188.982,16	195.758,79
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		53.042,06	57.120,69	CONTA ÚNICA		799.252,41	1.148.594,69
SALDOS DO EXERC. ANTERIOR		1.344.353,48	706.646,05	DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS		0,00	0,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		1.344.353,48	706.646,05	TOTAL		15.472.371,72	13.870.272,08
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA		195.781,57	174.206,81				
CONTA ÚNICA		1.148.571,91	532.439,24				
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS		0,00	0,00				

EDER MARCONE VIEIRA
CONTADOR
042.014.874-00

MATHEUS EMÍDIO DE BARROS CALADO
PREFEITO
093.940.664-03

ELIEZER OLIVEIRA DE CARVALHO
SECRETARIO DE FINANÇAS
765.814.974-87

Documento Assinado Digitalmente por: MARIA APARECIDA DOS SANTOS, ITALO DE SOUZA SOARES AZEVEDO, EDER MARCONE VIEIRA, MATHEUS EMÍDIO DE BARROS CALADO, ELIEZER OLIVEIRA DE CARVALHO. Código do documento: 944704c-8f1a-4f88-886-f1d9edd6646

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEREZINHA
ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO
 DEZEMBRO(31/12/2020)

Orçamento Programa - Exercício de 2020



2 of 2

ISOLADO:2 - PREFEITURA MUNICIPAL DE TEREZINHA

INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
TOTAL		15.472.371,72	13.870.272,08				

EDER MARCONE VIEIRA
 CONTADOR
 042.014.874-40

MATHEUS EMIDIO DE BARROS CALADO
 PREFEITO
 093.940.664-03

ELIEZER OLIVEIRA DE CARVALHO
 SECRETARIO DE FINANÇAS
 765.814.974-87

Documento Assinado Digitalmente por: MARIA APARECIDA DOS SANTOS, ITALO DE SOUZA SOARES AZEVEDO, EDER MARCONE VIEIRA, MATHEUS EMIDIO DE BARROS CALADO
 Acesso em: https://etce.fce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 9447b4c-8fda-4fb8-88b6-f1d9edd664a6



b) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

b.1. Resumo das políticas contábeis significativas:

Os registros dos atos e fatos que deram suporte a elaboração desta demonstração, seguiram os princípios contábeis da entidade, continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, competência e prudência, implícitos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Os lançamentos nos sistemas orçamentário e patrimonial foram realizados pelo método das partidas dobradas em atendimento ao art. 86 da Lei Federal nº 4.320/64. A estrutura das demonstrações contábeis obedeceu às regras estabelecidas na parte V do MCASP 7ª Edição da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Na consolidação das demonstrações contábeis não foi considerado o 5º nível igual a 2 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). A Nota 1 “a” do Anexo I da Resolução TC nº 110/2020 trata da necessidade de agregação (soma) dos dados contábeis das entidades não de exclusão de contas do 5º nível. A moeda funcional do município é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.

b.2. Bases de mensuração utilizadas: O balanço financeiro foi elaborado sobre o regime misto (caixa para as receitas e competência para as despesas) conforme art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64. Para tanto, a execução orçamentária e fiscal dos fatos contábeis se baseou nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:

b.2.1 O caixa e equivalente de caixa: Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis” que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

b.2.2 Créditos a curto prazo: Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

b.2.3 Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo: São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

b.2.4 Estoques: Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

b.2.5 Ajuste para perdas dos créditos tributários: Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2020, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2020, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

b.2.6 Imobilizado: O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

O setor de patrimônio do município deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos a depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

b.2.7 Intangível: Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou



exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

b.2.8 Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão: Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

b.2.9 Passivo circulante e não circulante: As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

b.2.10 Empréstimos e financiamentos: Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício. II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

b.2.11 Provisões: As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

b.2.12 Apuração do resultado: No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro. A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. O regime orçamentário do município segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas: Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas nos demonstrativos decorrentes de normas de contabilidade ou que tenham por objetivo tornar a informação confiável e relevante sobre os efeitos das transações ou outros eventos ou condições acerca da posição orçamentária, patrimonial, do resultado patrimonial ou dos fluxos de caixa.

b.4. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis: Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Orçamentário. A classificação de ativos, a constituição de provisões, o reconhecimento de variações patrimoniais e a transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outros órgãos e entidades serão apontados nas notas explicativas do balanço patrimonial.

c.1.Referências cruzadas e notas explicativas:

A seguir serão apresentadas de forma sistemática as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.



Documento Assinado Digitalmente por: MARIA APARECIDA DOS SANTOS, ITALO DE SOUZA SOARES AZEVEDO, EDER MARCONE VIEIRA, MATHEUS EMÍDIO DE BARROS CALADO
Acesse em: <https://stc.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 9447bb4c-8fda-4f88-88b6-f1d9edd64a6

INGRESSOS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		13.133.277,59	12.014.675,50
<u>TESOURO</u>		<u>1.042.773,16</u>	<u>555.035,83</u>
EDUCAÇÃO-FUNDEF-MAGISTÉRIO		240.103,99	362.650,31
GERAL		17.873,14	57.266,94
GERAL TOTAL		88.063,52	0,00
ORDINARIO		695.872,21	133.052,79
REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS		653,60	1.624,47
REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS		206,70	441,32
<u>TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS</u>		<u>12.090.504,43</u>	<u>11.459.639,67</u>
GERAL		11.990.955,42	11.429.639,67
SAÚDE-GERAL		99.549,01	30.000,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		18.881,50	175.336,38
<u>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</u>		<u>18.881,50</u>	<u>175.336,38</u>
REPASSE RECEBIDO		18.881,50	175.336,38
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS		975.859,15	973.614,15
<u>INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR</u>		<u>196.883,74</u>	<u>216.356,34</u>
RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		1.577,32	0,00
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		195.306,42	216.356,34
<u>DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS</u>		<u>778.975,41</u>	<u>757.257,81</u>
ASSISTÊNCIA À SAÚDE - ADMINISTRAÇÃO PRÓPRIA		1.955,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		135.725,97	95.887,24
ENCARGOS SOCIAIS - OUTRAS ENTIDADES		46,00	0,00
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		104.502,89	101.669,25
ISS		10.935,81	9.787,41
OUTROS CONSIGNATÁRIOS		138,00	0,00
OUTROS VALORES RESTITUIVEIS		89.141,25	96.035,75
PENSÃO ALIMENTÍCIA		3.894,80	898,80
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA		0,00	60,00
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		379.593,63	395.798,67
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		53.042,06	57.120,69
SALDOS DO EXERC. ANTERIOR		1.344.353,48	706.646,05
<u>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</u>		<u>1.344.353,48</u>	<u>706.646,05</u>
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA		195.781,57	174.206,81
CONTA ÚNICA		1.148.571,91	532.439,24
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS		0,00	0,00
TOTAL		15.472.371,72	13.870.272,08

Nota 1) RECEITA ORÇAMENTÁRIA: O valor total das receitas públicas arrecadadas no exercício de 2020 foi de R\$ 13.133.277,59.

Nota 2) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS: O valor contabilizado das transferências financeiras recebidas para execução orçamentária foi de R\$ 18.881,50.

Nota 3) RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS: Os ingressos extraorçamentários totalizam R\$ 975.859,15, sendo R\$ 778.975,41, decorrentes de depósitos, consignações bancárias e valores restituíveis, R\$ 196.883,74 relativo a inscrição dos restos a pagar.

Nota 4) SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR: O valor disponível em bancos em 31/12/2019 foi de R\$ 1.344.353,48, além de investimentos e aplicações temporárias. O saldo de depósitos restituíveis e valores vinculados foi de R\$ 0,00. Totalizando um valor de R\$ 1.344.353,48.



DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
DESPESA ORÇAMENTÁRIA		8.221.988,47	6.545.397,53
<u>TESOURO</u>		<u>8.221.988,47</u>	<u>6.545.397,53</u>
GERAL		8.217.372,70	6.545.397,53
GERAL TOTAL		4.615,77	0,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		5.502.510,32	4.835.848,78
<u>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</u>		<u>5.231.244,09</u>	<u>4.769.848,78</u>
REPASSE CONCEDIDO		5.231.244,09	4.769.848,78
<u>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS</u>		<u>271.266,23</u>	<u>66.000,00</u>
OUTROS APORTES PARA O RPPS		271.266,23	0,00
OUTROS APORTES PARA O RPPS		0,00	36.000,00
RECURSOS PARA COBERTURA DE INSUFICIÊNCIAS FINANCEIRAS		0,00	30.000,00
PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS		759.638,36	1.144.672,29
<u>PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR</u>		<u>149.003,32</u>	<u>473.192,12</u>
RP NÃO PROCESSADOS PAGOS		10.000,00	86.326,00
RP PROCESSADOS PAGOS		139.003,32	386.866,12
<u>DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS</u>		<u>610.635,04</u>	<u>671.480,17</u>
ASSISTÊNCIA À SAÚDE - ADMINISTRAÇÃO PRÓPRIA		1.771,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		281.256,38	182.480,37
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		453,51	1,20
ISS		25,00	26,25
PENSÃO ALIMENTÍCIA		4.194,40	299,60
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		277.588,38	411.376,04
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		45.346,37	77.296,71
SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE		988.234,57	1.344.353,48
<u>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</u>		<u>988.234,57</u>	<u>1.344.353,48</u>
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA		188.982,16	195.758,79
CONTA ÚNICA		799.252,41	1.148.594,69
<u>DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
TOTAL		15.472.371,72	13.870.272,08

Nota 5) DESPESA ORÇAMENTÁRIA: A despesa orçamentária empenhada no exercício foi de R\$ 8.221.988,47.

Nota 6) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS: O valor das transferências financeiras concedidas foi de R\$ 5.502.510,32.

Nota 7) PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS: Os desembolsos extraorçamentários totalizaram R\$ 759.638,36. Deste valor os restos a pagar processados e não processados somam R\$ 149.003,32, enquanto os depósitos, consignações e valores restituíveis somam R\$ 610.635,04.

Nota 8) SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE: O valor disponível em bancos em 31/12/2020 foi de R\$ 988.234,57. Estes valores encontram-se na linha "Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo" no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial.



D) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

d.1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos: Os ativos e passivos contingentes poderão ser reconhecidos nas demonstrações contábeis nas contas de controle dos atos potenciais ativos e passivos.
d.2. Divulgações não financeiras: Não se aplica a este demonstrativo.
d.3. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro: Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.
d.4. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros: Não há o que registrar quanto a este demonstrativo

e) SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:

Saldo em 31/12/2020	Saldo em 31/12/2019
R\$ 0,00	R\$ 0,00

F) INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DE CAIXA:

SALDO EM 31/12/2020	SALDO EM 31/12/2019
0,00	0,00



G) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELO ANEXO X E XI DA RESOLUÇÃO TCE-PE Nº 110/2020 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:

G.1. Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recursos discriminando as ordinárias e as vinculadas; os recebimentos e pagamentos extraorçamentários; as transferências financeiras recebidas e concedidas decorrentes ou independentes da execução orçamentária; e o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte (caixa e equivalente de caixa e depósitos restituíveis e valores vinculados). O demonstrativo também evidencia em coluna específica os valores do exercício anterior permitindo a comparação de valores e a análise vertical ou horizontal. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

G.2. Eventuais Ajustes relacionados às Retenções e Outras Operações que impactem no Balanço

Financeiro: As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.



H) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:

ANEXO XIV

DEMONSTRATIVO DE IMPLANTAÇÃO DAS NOVAS REGRAS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO (PODER EXECUTIVO)

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I DO MCASP				
Adoção do Procedimento Contábeis Orçamentários				
Ação Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Desenvolvimento de metodologia para reconhecimento e registro da despesa orçamentária.	Metodologia para reconhecimento e registro da despesa.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
Desenvolvimento de metodologia para controle de destinação por fontes de recursos.	Metodologia para controle de destinação por fontes de recursos.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
Aquisição / Desenvolvimento de sistema para reconhecimento e registro da receita e despesa orçamentária do ente, bem como, para controle de destinação por fontes de recursos.	Sistema de Informações Contábeis - SIC.	Setor de Contabilidade	-	Concluída

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP				
1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos a receber, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.				
Ação Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Desenvolvimento de metodologia para registro de créditos a receber, por competência.	Metodologia para registro dos créditos a receber.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
Aquisição / Desenvolvimento de sistema para registro do crédito a receber por competência.	Sistema de Informações Contábeis - SIC.	Setor de Contabilidade	-	Concluída

Estabelecer metodologia para ajustes para perdas para os créditos a receber registrados por competência.	Metodologia de ajuste para perdas.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
Adequação do sistema à metodologia local de ajuste para perdas.	SIC adequado à metodologia de ajustes para perdas.	Setor de Contabilidade	-	Concluída

2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.				
Ação Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos e rotinas contábeis para reconhecimento e mensuração das obrigações e provisões por competência.	Metodologia de reconhecimento de obrigação e provisões por competência.	Setor de Contabilidade	31/12/2020	Em andamento
Aquisição/desenvolvimento de Sistema para registro de obrigação e provisões por competência.	SIC adequado à metodologia de registro de obrigações e provisões por competência.	Setor de Contabilidade	31/12/2020	Em andamento

3. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.				
Ação Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos e rotinas contábeis para evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.	Metodologia de reconhecimento de ativo e passivos contingentes.	Setor de Contabilidade	31/12/2020	Em andamento
Aquisição/desenvolvimento de Sistema para registro de ativos e passivos contingentes e em notas explicativas.	SIC adequado à metodologia de registro de ativos e passivos contingentes e em notas explicativas.	Setor de Contabilidade	31/12/2020	Em andamento

4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis; respectivas depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.				
Ação Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos e rotinas para reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado, além de rotinas para a depreciação e exaustão sistematizadas dos mesmos.	Metodologia de reconhecimento e mensuração de ativos imobilizados.	Secretaria da Câmara	31/12/2020	Em andamento
Elaboração de procedimentos para sistematização da reavaliação e do ajuste ao valor recuperável dos ativos.	Metodologia de reavaliação e "impairment" periódicos dos ativos.	Secretaria da Câmara	31/12/2020	Em andamento
Aquisição/desenvolvimento de Sistemas para registro e controle do imobilizado (móveis e imóveis).	SIC adequado a metodologia de registro e controle do imobilizado, bem como à depreciação e exaustão dos mesmos.	Secretaria da Câmara	31/12/2020	Em andamento
Levantamento em nível local do patrimônio da entidade e registro no sistema.	Relatório do SIC com detalhamento do patrimônio do ente, com base em perícia ou referência de mercado.	Secretaria da Câmara	31/12/2020	Em andamento



Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis; respectivas depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Desenvolvimento e operacionalização de rotina de depreciação e exaustão do imobilizado.	Metodologia de operacionalização da depreciação e exaustão.	Secretaria da Câmara	31/12//2020	Em andamento
Adequação do SIC aos procedimentos de ajustes patrimoniais acima apresentados.	SIC adequado à metodologia de depreciação, reavaliação "impairment", etc. dos elementos patrimoniais.	Setor de Contabilidade	31/12//2020	Em andamento
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos e rotinas contábeis para reconhecimento e mensuração das obrigações por competência, decorrentes de benefícios e empregados.	Metodologia de mensuração e reconhecimento de obrigação por competência, decorrentes de benefícios e empregados.	Setor de Contabilidade	31/12/2018	Em andamento
Aquisição/desenvolvimento de Sistema para mensuração e registro de obrigações por competência, decorrentes de benefícios e empregados.	SIC adequado à metodologia de mensuração e registro de obrigações por competência, decorrentes de benefícios e empregados.	Setor de Contabilidade	31/12/2018	Em andamento

Ação	6. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos e rotinas contábeis para mensuração e reconhecimento das obrigações com fornecedores por competência.	Metodologia de mensuração e reconhecimento de obrigação com fornecedores por competência.	Setor de Contabilidade	31/12/2015	Concluída
Aquisição/desenvolvimento de Sistema para mensuração e registro de obrigações com fornecedores por competência.	SIC adequado à metodologia de mensuração e registro de obrigações com fornecedores por competência.	Setor de Contabilidade	31/12/2015	Concluída

Elaboração de procedimentos e rotinas contábeis para mensuração e reconhecimento das demais obrigações por competência.	Metodologia de mensuração e reconhecimento das demais obrigações por competência.	Setor de Contabilidade	31/12//2023	Em andamento
Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Aquisição/desenvolvimento de Sistema para mensuração e registro de demais obrigações por competência.	SIC adequado à metodologia de mensuração e registro das demais obrigações por competência.	Setor de Contabilidade	31/12//2023	Em andamento

Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos e rotinas para reconhecimento e mensuração do ativo intangível, além de rotinas para amortização sistematizadas dos mesmos.	Metodologia de reconhecimento e mensuração de ativos intangíveis.	Secretaria da Câmara	31/12/2021	Em andamento
Elaboração de procedimentos para sistematização da reavaliação e do ajuste ao valor recuperável dos ativos intangíveis.	Metodologia de reavaliação e "impairment" periódicos dos ativos intangíveis.	Secretaria da Câmara	31/12/2021	Em andamento
Aquisição/desenvolvimento de Sistemas para registro e controle do ativo intangível.	SIC adequado à metodologia de registro e controle do ativo intangível, bem como à amortização dos mesmos.	Secretaria da Câmara	31/12/2021	Em andamento
Levantamento em nível local do ativo intangível da entidade e registro no sistema.	Relatório do SIC com detalhamento do ativo intangível do ente, com base em perícia ou referência de mercado.	Secretaria da Câmara	31/12/2021	Em andamento
Desenvolvimento e operacionalização de rotina de amortização do ativo intangível.	Metodologia de operacionalização da amortização.	Secretaria da Câmara	31/12/2021	Em andamento
Adequação do SIC aos procedimentos de ajustes patrimoniais acima apresentados.	SIC adequado à metodologia de amortização e reavaliação "impairment", etc. dos elementos intangíveis.	Setor de Contabilidade	31/12/2021	Em andamento

Ação	PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE IV DO MCASP			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Extensão do PCASP para nível detalhado necessário ao ente.	PCASP estendido até o nível necessário para registro contábil dos fenômenos do plano de contas.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
Levantamento de todos os fenômenos relacionados à gestão contábil local.	Relatório de fenômenos que devem ser registrados na contabilidade do ente.	Setor de Contabilidade	-	Concluída



Elaboração de eventos para registro contábil dos fenômenos levantados anteriormente.	Relatório com eventos que registram os fenômenos anteriores com base no PCASP estendido.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE IV DO MCASP				
Ação Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Aquisição / Desenvolvimento de sistema para que o PCASP estendido e os eventos sejam carregados.	SIC adequado ao PCASP estendido e aos eventos.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
Criar rotinas de integridade e de abertura e encerramento do exercício.	Metodologia de registro da abertura e encerramento do exercício, além de verificação de integridade dos dados.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
Adequação do SIC às rotinas de integridade, abertura e encerramento do exercício.	SIC adequado às rotinas de integridade, abertura e encerramento do exercício.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – PARTE V DO MCASP				
Ação Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de regra / fórmulas para levantamento das DCASP a partir da contabilidade.	Metodologia de levantamento das DCASP por meio do PCASP estendido e das demais informações.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
Ajuste das demonstrações contábeis para o novo padrão, com a inclusão das fórmulas.	Template de DCASP adequadas à novas demonstrações contábeis.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
Ajuste em sistemas para inclusão do novo modelo de DCASP.	SIC adequado à metodologia de levantamento das DCASP a partir do PCASP estendido e das demais informações.	Setor de Contabilidade	-	Concluída

TEREZINHA, 31 de dezembro de 2020.

Matheus Emídio de Barros Calado

Prefeito

Eder Marcone Vieira Contador

CRC/PE nº 027904/0-8